



4106 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT05 - Estado e Política Educacional

PROVA BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA INFLUÊNCIA NO CURRÍCULO E TRABALHO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB

Luciana Leandro da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

Neste trabalho apresentam-se os resultados de uma pesquisa sobre o lugar da Prova Brasil nas estratégias educacionais desenvolvidas a nível municipal e analisam-se as suas repercussões no currículo e no trabalho docente. Para tal indagamos: de que modo a Prova Brasil repercute no currículo e no trabalho docente? Como as diretrizes e prescrições oficiais influenciam no trabalho do(a)s professor(a)s das escolas municipais de Campina Grande? Para realização do trabalho nos apoiamos na análise bibliográfica e documental que contextualiza as políticas de avaliação brasileiras implantadas a partir de 1990 e reestruturadas a partir de 2005. Tal análise subsidiou o trabalho de campo, que foi realizado por meio de observações e entrevistas semiestruturadas com professoras do 5º ano de duas escolas municipais. Como resultados, observamos a intensificação do controle do trabalho das professoras, por meio do alinhamento das políticas de avaliação, currículo e gestão que estão sendo promovidas na rede municipal; como desdobramento desse modelo de avaliação no chão da escola, é possível perceber alterações quanto ao modo como as professoras se reconhecem na profissão, além da fragilização da sua autonomia em planejar e pensar a avaliação fora de ditames preestabelecidos.

## Introdução

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC, com o objetivo de analisar as repercussões da Prova Brasil no currículo e no trabalho docente no município de Campina Grande (PB), bem como investigar o lugar da Prova Brasil nas estratégias educacionais desenvolvidas a nível municipal. Para alcançar esses objetivos, nosso primeiro passo foi analisar o contexto de criação da Prova Brasil e sua relação com as recomendações internacionais para a educação, especialmente o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), buscando demonstrar como as políticas de avaliação brasileiras estão alinhadas aos interesses econômicos globais, especialmente aos interesses empresariais.

Para Saviani (2007), as transformações no cenário econômico mundial têm modificado e influenciado sistemas educacionais, dificultando a efetivação de propostas de educação escolar mais progressistas, ou seja, que estejam fora do eixo contextual das políticas neoliberais. Estas concepções pedagógicas educacionais têm sofrido grande dificuldade em se colocar enquanto projeto para a educação no Brasil, isso porque, desde os anos de 1990 vem vigorando e repercutindo diretamente nas políticas educacionais do país, o neoliberalismo. Assim, nesse contexto do mundo da comunicação, da informática, das máquinas eletrônicas e do simbólico (SAVIANI, 2007), temos outro modo de conceber a pessoa humana e outra perspectiva para a educação escolar. Formas metodológicas de ensino e de educação que reduzem o indivíduo a critérios de "eficácia" e "eficiência", mediante os quais deverá ser treinado para realizar tarefas bem específicas, especializadas, porém sem contextualizações críticas a respeito do que se é ensinado. Para Saviani (2007, p. 425), o neoliberalismo traz para o contexto escolar uma lógica em que "A legitimação tanto da pesquisa, como do ensino, só pode ocorrer pelo desempenho, pelas competências que foram capazes de instaurar."

VIEIRA (2004), ao tratar sobre como ocorre a implementação de políticas neoliberais no Brasil, salienta que elas tiveram início no governo de Fernando Collor, sendo intensificadas por Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, ao relacionar o contexto educacional brasileiro ao que significou a entrada desse momento neoliberal na educação escolar, afirma que tais políticas estão "[...] direcionada[s] às demandas da sociedade de mercado, tanto no que diz respeito as novas diretrizes curriculares nacionais, quanto naquilo que serve de base para as formas de gestão escolar." (VIEIRA, 2004, p. 13). Neste sentido, o autor reconhece que isso tem resultado na criação de mecanismo de controle que recai sobre a ação dos professores. Segundo Vieira, "o controle desenvolvido por esse modelo de Gestão pela Qualidade Total" (2004, p. 14).

Esse modelo imprime na educação escolar a lógica privatista "[...] que ergue o mercado como paradigma orientador da qualidade do ensino, tornando o ensino pragmático e pragmatizante" (VIEIRA, 2004, p. 14). Esse modelo impõe sobre os indivíduos formas de sujeitamento através de um modelo de gestão que combina instrumentos de vigilância externa com um discurso de forte apelo moral à responsabilização. Segundo o mesmo autor o que dar o tom desse discurso capitalista na educação, além do pragmatismo, do utilitarismo e o reducionismo da educação em competências e habilidades são as avaliações externas, pois criam verdadeira cultura avaliativa (VIEIRA, 2004).

Para alguns autores as avaliações externas como as que compõem o SAEB no Brasil significou esse maior aparelhamento sistemático das políticas educacionais em que o Estado assume o papel de avaliador (IVO e HYPOLITO, 2015; WERLE, 2011). Representam também o estabelecimento de políticas educacionais neoliberais que incidem diretamente sobre trabalho docente: acarretando maior controle sobre o trabalho individual, sobre o desempenho e aumento da responsabilização dos professores pela qualidade do ensino ofertado. Segundo Ivo e Hypolito (2015), além das mudanças que imprimem um novo modelo de gestão, baseado fortemente na máxima de mais eficiência, eficácia, produtividade e gastos mínimos, ao qual as escolas devem se adequar, essas avaliações nascidas no bojo neoliberal trazem consigo impactos que acabam por redefinir a atividade das professoras

A ênfase em currículos centralizados e regulados por mecanismos de avaliação, o endereçamento para a performatividade, os sistemas de avaliação padronizada, as políticas de indicadores, as parcerias público-privado, a descentralização administrativa e as políticas para o magistério escassas e frágeis, são alguns dos elementos que compreendem as atuais reformas educacionais ocorridas no Brasil (IVO, HYPOLITO, 2015, p. 366).

Essas mudanças advindas de processos sociais e relações de poder, nas quais as escolas se inserem, provocam mudanças não somente nas estruturas organizacionais das instituições, métodos e finalidade educativa, mas acarreta também transformações quanto às atribuições e papéis dos indivíduos que compõem o contexto escolar (HYPOLITO, 1997). Essas transformações incidem na reconfiguração da identidade profissional dos professores (VIEIRA, 2004), na perda de autoridade quanto aos assuntos relacionados a seu campo de atuação, a educação (BALL, 2005); no trabalho docente e na prática pedagógica sob a égide do mercado que imprimem-lhe políticas educacionais (VIEIRA, 2004) e apoio através de diferentes ações (filantrópicas ou não) substituindo cada vez mais o papel do Estado no que diz respeito a organização curricular, avaliação e formação das professoras (BALL, 2014).

Considerando, pois, as inquietações expostas acima, o presente trabalho de pesquisa justifica-se pela relevância e pertinência do tema em questão, pois buscar-se-á trazer algumas considerações e reflexões acerca presente pesquisa, a das políticas de avaliação externa no país, especificamente a Prova Brasil e suas influências no currículo e no trabalho docente, práticas pedagógicas e até mesmo a postura do professor em sala de aula tendendo a naturalizá-la como único parâmetro para sua atuação docente.

### **Objetivos**

A presente pesquisa tem por objetivo geral analisar e fazer considerações sobre as repercussões da Prova Brasil na produção de currículo e no trabalho docente no contexto das escolas municipais de Campina Grande – PB. De modo específico, pretendemos: investigar o lugar da Prova Brasil nas estratégias desenvolvidas a nível municipal; analisar as repercussões da Prova Brasil no currículo desenvolvido nas escolas; e analisar os efeitos da Prova Brasil no trabalho das professoras, buscando compreender como essa política altera sua autonomia, identidade e profissionalização.

### **Metodologia**

Optamos por uma abordagem qualitativa, baseada nas interpretações dos fenômenos ocorridos na educação. Num primeiro momento, nos apoiamos na análise bibliográfica e documental, de modo a contextualizar as políticas de avaliação brasileiras implantadas a partir de 1990 e reestruturadas a partir de 2005, incluindo uma análise acerca do papel dos organismos internacionais e de como essas políticas estão diretamente relacionadas à lógica neoliberal global que reduz o papel do Estado no campo das políticas sociais. Essa análise subsidiou o trabalho de campo (2º momento), que consistiu na realização de observações e entrevistas semiestruturadas com professoras do 5º ano, pois se trata do primeiro ano escolar avaliado pela Prova Brasil.

Na primeira fase da pesquisa foi possível realizarmos algumas observações acerca do momento de aplicação da Prova Brasil em uma escola municipal localizada na periferia de Campina Grande e do VI Seminário Municipal de Educação, observando as discussões ocorridas no GT dos Professores que lecionam nos anos iniciais – 4º e 5º anos, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, como uma das estratégias desenvolvidas pela rede municipal para intensificar a política de avaliação em Campina Grande. As análises e impressões proporcionadas pelas leituras e observações realizadas constituem também os resultados da pesquisa.

No segundo momento, além da análise de documentos curriculares municipais, observamos a rotina de trabalho e entrevistamos professoras e gestoras de duas escolas municipais, escolhidas por terem diferentes desempenhos no Ideb: a Escola A possuía média de 2,6 em 2015, menor percentual registrado pelas escolas de Campina Grande; e a Escola B obteve 6,0, ficando acima da média prevista para o município.

### **Resultados e Discussões**

A partir da pesquisa realizada, entendemos que a Prova Brasil acabou por intensificar a cultura avaliativa instalada desde os anos 1990 no Brasil e, a partir da análise de suas repercussões no município de Campina Grande, percebeu-se que este já incorpora em suas diretrizes curriculares concepções educacionais alinhadas ao viés neoliberal e gerencial, pois prevê maior regulação do trabalho docente e “vigilância” constante, mediante a criação de alguns instrumentos como: a Lei nº. 072, de 10 de abril de 2013, que institui o pagamento do 14º salário aos profissionais da educação das escolas públicas municipais e a Lei nº. 5.372, de 03 de dezembro de 2013, que tornou obrigatória a divulgação do Ideb pelas escolas do município. Além disso, em 2015 foi criado um sistema próprio de avaliação conhecido como SAMA (Sistema Municipal de Avaliação da Aprendizagem). Desse modo, o município criou mecanismos de publicização dos resultados, assim como bonificação aos professores das escolas que alcançassem os melhores índices no Ideb.

Por meio da observação do VI Seminário Municipal de Educação, percebeu-se o quanto as professoras são instigadas a zelar pelo alcance das metas do Ideb, melhorando o desempenho obtido na Prova Brasil, algo que é amplamente valorizado e propagado como protótipo de qualidade. Entendemos que, desde os encontros de formação até os documentos municipais há atualmente uma grande preocupação com a adequação dos conteúdos ministrados aos descritores e direitos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem uma discussão mais ampla e a participação efetiva das profissionais na definição dos temas e prioridades de sua atividade de ensino. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se fomentam modelos mais descentralizados de gestão, reforça-se também o controle e a responsabilização das professoras, acarretando, em muitos casos, maior desconfiança com relação ao trabalho das professoras e interferindo na sua identidade profissional.

Observou-se como recai sobre o trabalho das professoras um controle significativo, que vai desde a certificação/correção dos planos de aula das professoras, por parte das coordenações das escolas, caso estes não estejam contemplando os descritores da Prova Brasil, até a elaboração do plano de curso por parte de outros sujeitos (que não as professoras mesmas), relegando a estas um papel secundário no planejamento da sua atividade docente.

A pesquisa revelou também que, embora existam professoras que se alinham identitariamente aos parâmetros de regulação das políticas educativas que esvaziam o sentido da profissão docente, no compromisso com uma educação mais ampla e crítica, também existem aquelas que não concordam com essa lógica de educação voltada, quase exclusivamente, para a reprodução de descritores e avaliação dos mesmos. Há professoras que demonstram ter se apropriado e assimilado os parâmetros e diretrizes curriculares reproduzindo-as, em muitos momentos, como concepções únicas sobre o ensino, o que revela significativas mudanças da identidade docente.

Dessa forma, retoma-se a concepção tecnicista de ensino, que se apoia em parâmetros bastante simplistas que reduzem o ensino à aquisição de competências e habilidades exigidas por avaliações estandardizadas, competências estas circunscritas aos interesses do mercado global e que desconsideram uma educação mais abrangente, para além da formação do trabalhador cidadão produtivo (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003). Dessa forma, outros temas e conteúdos acabam ficando marginalizados ou submetidos aos descritores e objetivos de aprendizagem definidos externamente.

Os currículos das escolas pesquisadas priorizam sistematicamente os conteúdos previstos nas avaliações externas, reservando muito do tempo de ensino para a preparação para os exames estandardizados. Percebe-se, de modo geral, que as escolas de Campina Grande, em muitos aspectos, alinharam-se as políticas curriculares nacionais, estreitando a educação escolar a aquisição de competências, e apostando por maior controle e vigilância do trabalho das professoras, as quais se sujeitam a essa concepção de ensino e de qualidade, que reduz a educação à capacidade de executar os descritores com destreza e ao desempenho na Prova Brasil e no Ideb.

Apesar dos limites temporais e materiais da pesquisa, foi possível perceber aspectos concernentes ao trabalho docente, à identidade profissional e ao currículo: a pesquisa revelou pontos concretos quanto às mudanças que as avaliações estandardizadas provocam, por meio do estreitamento curricular, a introdução de mudanças nas práticas pedagógicas, voltadas para o treinamento para a prova; o aumento da responsabilização e da autorresponsabilização das professoras; as modificações no caráter de formação mais amplo que concerne à profissão dos professores, pois o ato educativo não deveria se restringir a treinar os alunos para a realização de uma prova, mas para prepará-los para a vida em sociedade, algo que vai além de descritores.

#### **Referências**

BALL, S. J. **Educação Global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

\_\_\_\_\_. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; [CIAVATTA, Maria](#). Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trab. educ. saúde** [online]. 2003, vol.1, n.1, pp.45-60.

HYPOLITO, A. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

IVO A. A. HYPOLITO, A. M. Políticas gerenciais em educação: efeitos sobre o trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 365-379, maio/ago. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

VIEIRA, Jarbas Santos. **Um negócio Chamado Educação: qualidade total, trabalho docente e identidade**. Pelotas: Seiva, 2004.

WERLE, Flávia Obino Correia. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out. /dez., 2011.